

Relações de regionalidade: o caso Vale do Taquari*

The relations of regionality: the case of Taquari Valley

*Kleber Eckert***

Resumo

As presentes reflexões fazem parte de uma pesquisa sobre a construção da representação da regionalidade, tomando como objeto o Vale do Taquari-RS, e apresentam uma discussão dos conceitos de espaço e de paisagem. A essa discussão ancoram-se o conceito de região e também as relações entre o que é regional e o que é nacional.

Palavras-chave

Espaço; lugar; paisagem; região; Vale do Taquari-RS.

Abstract

These reflections are part of research on the construction of the representation of regionality, taking as its subject the Taquari Valley-RS, and they present a discussion of concepts of space and landscape. This discussion is based on the concept of region and the relationship between what is regional and national.

Key words

Space; place; landscape; region; Taquari Valley-RS.

* Artigo recebido em 17 de março de 2010 e aprovado em 15 de maio de 2010.

** Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul. Professor no Centro Universitário UNIVATES – RS.

O espaço geográfico

QUANDO SE INICIA UM ESTUDO SOBRE UMA REGIÃO, a primeira relação a ser estabelecida é com a noção de espaço geográfico, pois o conceito de região é muitas vezes usado como sinônimo de espaço. É o que também se encontra dicionarizado, já que a palavra região é definida como “1. vasta extensão de terreno 2. grande extensão de terreno ou território dotado de características que o distinguem dos demais”.¹

Da mesma forma, Ortiz afirma que há uma forte tradição nas Ciências Sociais de se pensar o meio físico numa relação com o espaço. E por isso o define como

uma territorialidade dilatada, composta por feixes independentes mas que se juntam, se superpõem, à medida que participam da mesma natureza [...]. Essa perspectiva muda radicalmente nossa concepção de espaço, tradicionalmente vinculada ao território físico (ORTIZ, 1999, p. 65).

Na mesma linha de raciocínio, ao trazer à tona a discussão do conceito de espaço na ciência geográfica, Santos (2002) defende a idéia de que é preciso uma definição clara de um conceito, pois podem existir muitos exemplos para demonstrar o que é o espaço, mas haverá ainda a falta da explicação sobre o seu próprio conceito.

O autor, através da sua obra, passa por três definições de espaço geográfico. Num primeiro momento², ele constrói a Geografia a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos seriam o que está fixado em cada lugar e que permitem ações que modificam o próprio lugar. Já os fluxos seriam o resultado de ações que, ao instalarem-se nos fixos, acabam por modificar suas significações e seu valor. No entanto, apesar de nessa relação se estabelecer um espaço geográfico, o autor afirma que “hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos” (SANTOS, 2002, p 62).

Uma segunda³ possibilidade de trabalho com o espaço geográfico é o que se refere à configuração territorial e às relações sociais. Neste caso, a configuração territorial se dá num conjunto formado pelos sistemas naturais de uma área de território juntamente aos acréscimos impostos pelo homem a esses sistemas. À medida que avança a ação do homem, “cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o

¹ Ver Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

² A primeira definição aparece no texto “O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo”, publicado em 1978 pela Hucitec.

³ Essa discussão aparece em “Metamorfoses do Espaço Habitado”, publicado em 1988 pela Hucitec.

resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada” (SANTOS, 2002, p. 62).

Finalmente, numa publicação mais recente, o autor conceitua o espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2002, p. 21), e defende a idéia de que a história se dá num quadro único, formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e de ações. Mas para compreender essa definição é preciso ter claros os conceitos anteriormente citados.

Um sistema pode ser uma combinação de elementos reunidos de maneira a formar um conjunto, e dentro dele teríamos os objetos e as ações. Os objetos geográficos podem ser naturais (uma floresta, um lago, um rio, uma montanha etc.) e artificiais, chamados também de técnicos (uma cidade, uma barragem, uma ponte, um porto etc.). Como ação entende-se a atuação do homem sobre os objetos, tanto os naturais quanto os artificiais ou técnicos.

O espaço dinamiza-se e transforma-se através da interação entre os sistemas de objetos e sistemas de ações: “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2002, p. 63).

Os exemplos de objetos citados podem ser tanto do domínio da Geografia Física quanto da Geografia Humana. Através da maneira como foram produzidos e mudam, as duas vertentes se encontram. Ainda numa terceira vertente, a chamada Geografia Social, não se consideram objetos e ações separadamente, pois são elas que dão sentido aos objetos. Daí a aproximação entre a Geografia e a Sociologia.

Como o tema da Geografia não é tomar separadamente objetos e ações, e sim fazê-lo em conjunto, Santos (2002) defende que, quanto mais eficaz for uma ação, mais adequado será o objeto, e vice-versa. Dessa forma chega à conceituação de espaço geográfico como um híbrido, porque é o resultado da não separação entre sistemas de objetos e sistemas de ações.

Já o conceito de paisagem é usado como sinônimo de configuração territorial, como um conjunto de elementos (naturais e artificiais) que caracterizam uma área fisicamente e como parte do território que pode ser abarcada pela visão (SANTOS, 2002).

Numa perspectiva temporal, a paisagem é vista como uma construção transversal, posto que agrega objetos passados e presentes. Por outro lado, o espaço

situa-se numa construção horizontal, porque é uma situação única, presente. Por ser um sistema material, a paisagem é imutável, enquanto o espaço, por ser um sistema de valores, transforma-se permanentemente (SANTOS, 2002).

O autor apresenta uma imagem para mostrar as diferenças entre esses dois conceitos:

Durante a guerra fria, os laboratórios do Pentágono chegaram a cogitar da produção de um engenho, a bomba de nêutrons, capaz de aniquilar a vida humana em uma dada área, mas preservando todas as construções. O Presidente Kennedy afinal renunciou a levar a cabo esse projeto. Senão, o que na véspera seria ainda o espaço, após a temida explosão seria apenas paisagem (SANTOS, 2002, p. 106).

Santos pergunta se se pode pensar numa relação dialética entre sociedade e paisagem ou entre sociedade e espaço. A partir dessa reflexão, conclui que apenas existe a dialética entre os dois últimos, pois a sociedade age sobre ela própria, e jamais sobre a materialidade exclusivamente.

É possível cotejar a discussão entre paisagem e espaço feita por Santos (2002) ao que Certeau (1994) apresenta entre lugar e espaço. Este autor define um lugar como a ordem, segundo a qual, nas relações de coexistência, elementos são distribuídos. “Os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar próprio e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade” (CERTEAU, 1994, p. 201).

Enquanto o lugar implica uma indicação de estabilidade, o espaço vem a ser um cruzamento de móveis: vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço

é de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (CERTEAU, 1994, p. 2002).

O autor conclui a comparação entre lugar e espaço, afirmando que este “é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (CERTEAU, 1994, p. 202). Se tomarmos a região do Vale do Taquari a partir desse prisma, a região existe como lugar desde que se configurou geograficamente como um vale cortado por um rio. Mas a região só se torna espaço a partir da ocupação pelo ser humano: povos indígenas e depois colonizadores açorianos, alemães e italianos.

Já numa outra instância, ao discutir a relação entre o espaço e a noção de totalidade, Santos (2002) apresenta duas versões. A primeira busca reunir todos os elementos que definem uma região ou um país, e procura alinhar todos os fatores possíveis de uma dada situação local. O problema dessa definição é que o lugar acaba sendo visto como se fosse autocontido, e os fatores considerados não são percebidos como o que eles realmente são: um sistema.

A segunda versão tem a ver com a noção de sistema-mundo, o que leva à idéia de totalidade-mundo. Para conhecer o todo devem ser conhecidas as partes, e, para conhecer as partes, deve ser conhecido o todo. No entanto, para chegar à verdade total, é necessário “reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização” (SANTOS, 2002, p.120).

Portanto, se o todo é o mundo e a parte é o lugar, teremos uma relação entre o universal e o individual. Aquilo que faz a mediação entre o individual (lugar) e o universal (mundo) é a região, já que uma região é composta por vários lugares.

Espaço e região

Etimologicamente, o termo ‘região’ apresenta um parentesco com a palavra terra, pois na versão latina encontra-se a palavra ‘região’ como *region/regionis* e também *terra/terrae*. No Dicionário Etimológico Nova Fronteira, por exemplo, aparece a origem latina do termo *region/regionis*, com um significado de grande extensão de terreno ou território que se distingue dos demais por possuir características próprias.

Já Bourdieu (2000) explica a etimologia da palavra a partir da descrição feita por Emile Benveniste: *Regio* veio de *rex* – autoridade que demarcava e decidia as fronteiras na época do Império Romano. Isso quer dizer que a região (na origem), cuja divisão era feita por vontade de alguém, possui uma conotação política.

Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (BOURDIEU, 2000, p. 114).

Tal fato significa que o discurso regionalista é um discurso performativo, isto é, constrói a realidade que ele designa. Portanto, voltemos à origem do termo região: resultado de um discurso do autor “que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio ato de o enunciar” (BOURDIEU, 2000, p. 116), em razão de este autor ter a autoridade para fazê-lo.

É o que se pode perceber no Vale do Taquari, cujo espaço resulta da divisão do Estado do Rio Grande do Sul em regiões, em 1994, com a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES⁴. Essa decisão política, no entanto, levou em conta um critério geográfico, no caso a bacia hidrográfica do Rio Taquari, e por isso aparece o conteúdo espacial no próprio nome: Região do Vale do Taquari (KLARMANN, 1999).

Santos (2002) discute o conceito de evento na Geografia e chega a fazer uma divisão entre eventos naturais e sociais ou históricos. No primeiro grupo, ele coloca a queda de um raio, um terremoto entre outros, e no segundo a chegada de um trem, um comício e outros do gênero. Ao olhar para a região do Vale do Taquari a partir do conceito de evento, há, de um lado, o Rio Taquari e os acidentes do relevo como eventos naturais, e, de outro, a delimitação político-geográfica desta região como um evento histórico ou social, uma vez que resulta de um ato político de divisão territorial.

O evento que definiu a região do Vale do Taquari foi resultado das forças capazes de incidir sobre áreas extensas. Uma dessas forças é o Estado, cuja “norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território” (SANTOS, 2002, p.152).

A chamada Geografia Crítica, de acordo com Bezzi, vê no Estado um importante agente na estruturação dos recortes regionais. Por isso, a autora entende que

o conceito de região tem um forte caráter político e ideológico, que permeia as diversas abordagens, nas quais o papel do Estado atua como agente de regionalização, ou seja, como ele organiza, rearranja ou desorganiza os recortes regionais de acordo com a ótica do capital, do poder e da sociedade (BEZZI, 2004, p. 45).

Apesar de a origem da palavra região estar ligada a uma conotação política e de poder, a Geografia tem trabalhado com o conceito de Região Natural, isto é, uma porção territorial que combina elementos da natureza como o clima, a vegetação, o relevo e a hidrografia (KLARMANN, 1999). Para Paviani, no entanto, “a região é muito mais que uma realidade natural, mas que, igualmente, tampouco pode ser considerada apenas uma artificialidade“, e “o conceito de região, antes de delimitar fronteiras, é um espaço socialmente construído e, portanto, um espaço não necessariamente homogêneo” (2007, 90-91).

Para Bezzi, a região tampouco é considerada uma realidade natural, pois

⁴ Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências.

as regiões não são resultado fortuito de uma seqüência de eventos independentes em uma porção da superfície da Terra. Elas são formadas por uma seqüência historicamente determinada, que se desenvolve a partir das relações sociais específicas (2004, 69).

Na elaboração do conceito, também Pozenato deixa claro que por região “não fique entendida uma realidade *natural*, mas uma rede de relações, em última instância, estabelecida por um *auctor*, seja ele um cientista, um governo, uma coletividade, uma instituição ou um líder separatista” (2003, p.152 - grifos do autor). Para o pesquisador, a região é “um feixe de relações a partir do qual se estabelecem outras relações tanto de proximidade quanto de distância” (2003, p. 157).

Pozenato desloca ainda a questão da região para a da regionalidade: numa perspectiva, “o foco é centrado na descrição e análise de um objeto dado como sendo uma região e não, numa outra perspectiva, na análise de um conjunto, ou rede, de relações que tenham o caráter de regionalidade” (2003, p. 151). Assim, “A existência de uma rede de relações de tipo regional num determinado espaço ou acontecimento não os reduz a espaços ou acontecimentos puramente regionais. Serão regionais enquanto vistos em sua regionalidade (2003, p. 151).

Cunha aproxima-se do conceito de região defendido por Pozenato ao afirmar que

a globalização torna mais complexos os processos de regionalização e algumas alternativas e possibilidades do conceito de região passam pela consideração da região – enquanto fração do espaço geográfico catalizadora de determinadas relações e convenções – como um ator social fundamental na transformação de comunidades regionais e locais (CUNHA, 2000, p. 07).

Outro autor que se aproxima desta conceituação é Fonseca, já que ele concorda com as posturas contemporâneas de discussão do conceito de região, as quais

propõem a substituição do conceito de região pelo de rede, vista como mais adaptada à globalização, pois as redes pressupõem articulações funcionais através de pontos de confluência de informação, capital, idéias, pessoas e mercadorias oriundas de espaços próximos e longínquos (FONSECA, 1999, p. 90).

Na mesma linha de raciocínio, Bezzi afirma que na Nova Geografia “a região deixou de ser um fenômeno único para ser parte de um sistema aberto, que se comunica, que tem conexões, que se expande e se contrai, segundo as necessidades de ajustamento às novas condições” (2004, p. 48). Por isso, a autora defende que a região deve ser vista pela perspectiva sistêmica, em que se interligam aspectos físicos, humanos e

econômicos, para que assim “possam constituir a realidade concreta que se materializa num determinado espaço que se denomina região” (2004, p. 83).

Para Santos (2002), o conceito de região é de difícil explicação. O que ele deixa claro é que qualquer definição possui uma estreita ligação com as formas de produção em vigor em certo período da história. O que se pode concluir é uma conceituação não natural de região, e sim uma conceituação histórico-produtiva ou histórico-econômica.

Neste viés, a região do Vale do Taquari, além do aspecto natural, marcado pela Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, teria uma conceituação histórico-produtiva ligada aos imigrantes (açorianos, alemães e italianos) e seus descendentes e a suas formas de produção (pequena propriedade rural). Em relação a essa discussão, Bezzi afirma que

a Geografia Crítica interessa-se pela análise dos modos de produção e das formações socioeconômicas como base para a explicação ou estruturação das distintas formações socioeconômicas espaciais, que devem ser analisadas e compreendidas para o melhor entendimento das regiões (2004, p. 50).

Bezzi deixa claro que o conceito de região se liga ao próprio surgimento da Geografia como ciência, pois a região foi, por muito tempo, o seu objeto de estudo por excelência. A autora, então, discute o conceito na Geografia e afirma que ele não se restringe às pesquisas dessa área. Ela chama a atenção para o uso do conceito por outras áreas do conhecimento, ou seja, aquelas que têm interesse pela condição espacial da sociedade, e acentua seu caráter multidisciplinar: “inúmeras pesquisas são desenvolvidas por diferentes cientistas sociais, preocupados com manifestações regionais e também pelos regionalismos em suas distintas áreas de conhecimento” (BEZZI, 2004, p. 41).

De maneira semelhante, Bourdieu (2000) aborda o conceito de região como um objeto de luta entre cientistas e tece um paralelo entre os geógrafos e os economistas. Para o autor, a Geografia prende-se ao que vê (ao físico, à paisagem), enquanto a Economia deve prender-se ao que não vê; a Geografia limita-se à análise do conteúdo do espaço, enquanto a Economia vê a região como recebedora de provisões e “escoadora” de produção, isto é, numa relação de interdependência com outras regiões; a primeira olha pouco para além das fronteiras políticas ou administrativas da região e considera a localização das atividades da região como um fenômeno espontâneo e comandado pelo meio natural, enquanto a segunda olha para as relações comerciais que promovem a interdependência entre regiões, além de introduzir nos estudos um instrumento de análise particular: o custo.

Bourdieu não deixa de incluir, na luta das ciências pela definição legítima de região, a Sociologia. Ele afirma que o interesse dos sociólogos no tema parece coincidir com o aparecimento dos movimentos regionalistas e conclui que o interesse desses cientistas reside no transregional e no transnacional. Segundo o autor, os estudos regionais dos geógrafos são pesquisas detalhadas e aprofundadas de um espaço determinado, só que não compreendem os fenômenos que levam ao progresso ou ao declínio das regiões estudadas. E aí aparecem os estudos dos economistas e dos sociólogos.

É preciso, no entanto, compreender que Bourdieu refere-se apenas a uma vertente da geografia, que é a Geografia Física, cuja idéia de região tem a ver com um espaço natural. Pozenato traz à tona a outra vertente, a Geografia Humana que

define os espaços regionais também com critérios objetivos, fornecidos pela História, pela Etnologia, pela Linguística, pela Economia, pela Sociologia. Como nem sempre esses critérios coincidem, é possível falar de uma região histórica, região cultural, região econômica e assim por diante, com fronteiras distintas no mesmo território físico (2003, p. 150).

Se olharmos para o Vale do Taquari, teremos dentro de um mesmo território uma região colonizada por descendentes de imigrantes açorianos, outra por alemães e outra por italianos. Levando em conta critérios econômicos, teremos uma região com predominância da agricultura familiar e outra com desenvolvimento industrial. Além disso, no mesmo território nomeado de Vale, existem planícies inundáveis e uma cadeia de elevações que se estendem ao planalto gaúcho. Portanto, o fato de não haver coincidência de critérios para definir os espaços regionais mostra que dentro de uma região como o Vale do Taquari há várias regiões, dependendo do ponto de vista adotado, ou seja, “as regiões delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis [...] nunca coincidem perfeitamente” (BOURDIEU, 2000, p. 115).

Bezzi também discute os critérios para a delimitação das regiões e os vê como um problema, posto que “a falta de um critério definidor levou à diversidade de estudos regionais. Tal multiplicidade conceitual foi responsável pela ausência de consenso sobre o que constitui uma região ou como se define uma região” (2004, p. 76).

Ainda sobre as fronteiras regionais, Bourdieu menciona a dificuldade de sustentar a idéia de que existem classificações naturais de regiões, e que sejam separadas também por fronteiras naturais. “A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento da realidade, segundo os

elementos que ela reúne” (2000, p. 114). E acrescenta: “A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta” (2000, p. 115).

Tal qual nas fronteiras regionais, processo semelhante ocorre nas fronteiras nacionais:

Assim como o Estado-nação procura delimitar e zelar por suas fronteiras geopolíticas, ele também se empenha em marcar suas fronteiras culturais, estabelecendo o que faz e o que não faz parte da nação. Através desse processo se constrói uma identidade nacional que procura dar uma imagem à comunidade abrangida por ela (OLIVEN, 2006, p. 20).

Ao falar das conseqüências da globalização que levam ao fim do território e à idéia de não-lugar, Santos questiona se, nessa vertente, inclui-se a negação da idéia de região, uma vez que não há nenhum subespaço que consiga fugir da globalização. Na mesma linha de pensamento, poder-se-ia afirmar que “a expansão do capital hegemônico em todo o planeta teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe” (2002, p. 246).

Como os eventos comandados pelo processo de globalização são rápidos, o que altera rapidamente as diferenças regionais,

a região tornou-se uma noção paradoxal: esvaziou-se como conceito empiricamente útil para explicar as diferenças, mas permaneceu como vocábulo indicativo de um recorte espacial tomado para determinado fim analítico (CASTRO, 2002, p. 03).

Na evolução do pensamento sobre a região, Santos afirma que há relações globais que não se realizariam sem o suporte das regiões e que por isso mesmo não se pode deixar de considerar que a região “continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem” (2002, p. 247).

Embora se pensasse que os processos de globalização da economia e de mundialização da cultura fizessem o nacional e o regional perderem importância, o que se tem visto, segundo Oliven, é o oposto, pois justamente por causa desses processos a discussão do nacional e do regional tem recebido mais destaque. O autor “discute a questão do renascimento da tradição e do sentimento nacional e regional numa época em que o mundo é visto cada vez mais como uma aldeia global” (OLIVEN, 2006, p. 12).

Bezzi (2004) apresenta a mesma linha de raciocínio, ao afirmar que a globalização não tem conseguido suprimir a diversidade espacial e que talvez nem a

tenha diminuído. A autora considera que a identidade cultural persiste, e que a globalização não a destrói, pelo contrário, até mesmo a reforça. A justificativa apontada pela pesquisadora é a manifestação dos regionalismos em várias partes do mundo.

Conforme Oliven, a discussão em relação à nação e à tradição permanece atual, porque, apesar de o mundo tornar-se uma aldeia global, as pessoas continuam nascendo num determinado país, e, dentro dele, em determinada região. Além disso,

a criação de manifestações culturais mundializadas não significa que as questões locais estão desaparecendo. Ao contrário, a globalização torna o local mais importante do que nunca. Como podemos nos situar no mundo, a não ser a partir do nosso próprio território, por mais difícil que seja defini-lo? (OLIVEN, 2006, p. 206)

Ainda numa relação entre o local e o universal, Paviani (2007, p.82) defende que, através do conceito de região, liga-se o que é local, individual e isolado ao que é universal. A região possui, então, para este autor, uma função mediadora, conectando as experiências individuais de cada lugar às manifestações da cultura universal.

Segundo Castro, que retoma e discute a região como problema para o geógrafo Milton Santos, o conceito está situado no paradigma chamado Geografia Crítica. A partir dessa tendência, a economia política e os diferentes modos de produção passaram a influenciar fortemente a interpretação do espaço. Essa visão torna, então, “inseparáveis as noções de sociedade e o processo histórico de produção” (CASTRO, 2002, p. 02).

Na mesma linha de análise, Castro afirma que as reflexões de Milton Santos foram afetadas por dois cenários: o primeiro seria o da crise da Geografia Clássica que coincidiu com uma forte rediscussão do conceito de região; o segundo teria a ver com as intensas diferenciações espaciais num mundo globalizado, que teria sido afetado pelo avanço tecnológico e pela competitividade.

As reflexões da Geografia Crítica trazem um novo olhar para a região como categoria de análise:

Como problema epistemológico, a região é tomada como recorte espacial de reprodução da totalidade; como problema empírico, ela é vista como expressão das diferenças entre os lugares, diferenças estas provocadas pelos eventos comandados pela globalização, e constitui recorte espacial funcional às formas de produção (CASTRO, 2002, p. 02).

Cunha discute o conceito de região e apresenta três grandes domínios em que ele está presente. O primeiro refere-se à linguagem do senso comum, ligado a noções de

localização e extensão (a região mais próspera, a região montanhosa etc.), em que há diversidade de critérios e pouca precisão nos limites. É o que se percebe em Ferri: “percorreram o território, especialmente às margens do rio Taquari, entrando em contato com os indígenas, para efetuar um levantamento da região a fim de estudar a possibilidade de fundar uma redução” (1991, p. 116).

O mesmo ocorre em outra passagem: “quando foram doadas as sesmarias a diversas famílias, na região do vale do rio Taquari” (FERRI, 1991, p. 126), e em “O que realmente me cativou foi a mentalidade, o jeito de ser e de falar das pessoas, não só das de Lajeado, como também daquela região, com as quais me senti em casa” (ALTMANN, 1991, p. 105).

No segundo domínio, a região é uma unidade administrativa, em que a divisão regional existe para que possa ocorrer o controle da administração dos Estados. É o que ocorreu na divisão do Estado do Rio Grande do Sul em regiões, por ocasião da criação dos Conselhos de Desenvolvimento Regionais, pois o decreto assim estipula: “Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, pessoas jurídicas de direito privado, organizar-se-ão sob a forma de associações civis, sem fins lucrativos, tendo cada qual a seguinte denominação e abrangência territorial: [...] XXI – Vale do Taquari”.⁵

E o terceiro seria o das ciências em geral, cuja noção de região associa-se à idéia de localização de determinados fenômenos. Conforme descrição realizada por Ferri, “as alturas pluviométricas médias anuais, na região da bacia do rio Taquari, variam, [...] entre 1.300 a 1.400 milímetros”. Ou ainda quando trata do fenômeno dos ventos: “A direção predominante dos ventos, na região da bacia do rio Taquari, varia de Sudeste a Nordeste” (1991, p. 151).

Fonseca discute o conceito de região na Geografia e afirma que, concomitantemente ao fortalecimento de decisões em nível planetário, percebe-se um retorno às decisões e estratégias locais e regionais.

Preconceitos contra a região

Paviani discute a essência da cultura a partir do regional e afirma que toda cultura é, na sua gênese, regional. Sobre isso, conclui que

A região faz-se de relações culturais que por natureza são tecidas por uma série de momentos interculturais, como diferenças de valores e costumes. Nessas relações põe-se em conflito o tradicional e o

⁵ Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências.

moderno. A região é uma primeira manifestação de um processo cultural, no qual os aspectos culturais formam uma totalidade (PAVIANI, 2007, p. 91).

Diante da defesa dessa idéia, o autor ainda chama a atenção aos preconceitos que obscurecem o conceito de região e afirma que “não se pode pensar o regional como sendo algo inferior, como acontece com aqueles que confundem o regional com o provincial” (PAVIANI, 2007, p. 89), pois “tudo o que é provincial está presente no regional, mas o regional jamais poderá se limitar às armadilhas do provinciano” (PAVIANI, 2007, p. 90).

Também Pozenato traz à tona a discussão dos preconceitos contra a região. Ele afirma que a palavra carrega consigo certo estigma, pois a Geografia a tem tratado como um espaço delimitado por fronteiras, o que deixa a região como um espaço fechado dentro de limites territoriais. Além disso,

a essa idéia de espaço com fronteiras fechadas soma-se a idéia de que a região é um espaço periférico em relação ao centro. A Geografia, mas principalmente a Economia, deram ao centro um estatuto científico. O centro polariza, em decorrência de suas funções, um determinado espaço que se hierarquiza segundo seu maior ou menor grau de acesso às funções centradas na metrópole. Ao redor do centro gravita o interior, a província, a periferia. [...] Esse estigma que o *centro* imprime sobre a *província* repercute em todas as representações que se façam de região (POZENATO, 2003, p. 156 - grifos do autor).

O autor conclui sua reflexão dizendo que, com a atual tecnologia das comunicações, devemos pensar a região dentro de novos parâmetros, porque “ela deixa de ser um espaço isolado entre fronteiras e dependente de um centro, para se tornar apenas um complexo de relações inserido numa rede sem fronteiras” (POZENATO, 2003, p. 157).

As relações entre o regional e o nacional

Ao abordar o tema da cultura nacional como comunidade imaginada, Hall mostra a preocupação com a identidade cultural nacional e questiona como o processo de globalização está afetando ou deslocando essas identidades culturais nacionais. Ainda segundo o autor, nossa identidade cultural é constituída pela cultura nacional, dentro da qual nascemos. Embora essa identidade não esteja impressa em nossos genes, nós pensamos nela como se fosse parte de nossa natureza essencial.

Hall afirma que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (2006, p.

48), pois uma nação – acrescenta-se aqui também uma região – parece não ser apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos, isto é, um sistema de representação cultural, um sistema de representação simbólica.

O autor ainda afirma que uma nação é narrada como uma comunidade imaginada, já que “as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações” (HALL, 2006, p. 50).

Em outra passagem, Hall defende que

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (2006, p. 51 - grifos do autor).

Bezzi compreende a região como um foco de identificação cultural, no sentido de que ela é constituída por indivíduos que a habitam e que, por consequência, deixam nela as marcas da sua cultura. Dessa forma, a região “é apropriada e vivida por seus habitantes e diferencia-se das demais, ou seja, o espaço fornece a identidade do grupo social nela existente” (BEZZI, 2004, p. 62). A autora conclui que, se a região é estudada numa perspectiva cultural, então se manipula um código de significações que nela está representado. Bezzi ainda afirma que “pertencer a uma determinada região, à sua cultura, passa pela atribuição de uma identidade a um grupo social, cuja base pode estar na própria especificidade do espaço no qual ele se reproduz” (2004, p. 67)

Em relação à identidade cultural, especialmente no que se refere à construção das identidades, Oliven afirma que “as primeiras vivências e socializações culturais são cruciais para a construção de identidades sociais, sejam elas étnicas, religiosas, regionais ou nacionais” (2006, p. 34).

Segundo Hall, “a lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional” (2006, p. 49). Atualmente, no entanto, quanto mais avançam as discussões sobre os processos de mundialização da cultura, tanto mais se coloca a discussão da identidade nacional formada a partir das identidades regionais.

Sobre esse tema, Oliven posiciona-se da seguinte maneira:

Esse processo de mundialização da cultura, que dá a impressão de que vivemos numa aldeia global, acaba repondo a questão da tradição, da nação e da região. À medida que o mundo se torna mais complexo e

se internacionaliza, a questão das diferenças se recoloca e há um intenso processo de construção de identidades. Se a unificação nacional ocorrida no passado se mostrou contrária à manutenção de diversidades regionais e culturais, o mundo está em parte assistindo justamente a (*sic*) afirmação das diferenças (2006, p. 208-209).

As identidades regionais são apresentadas por Bezzi de forma conotativa, pois para a autora

o mundo é uma ‘colcha de retalhos’, cujos tecidos (regiões) a serem ‘costurados’ apresentam rugosidades diferentes. Assim, os ‘laços e laçadas’ que são dados podem ser visíveis ou invisíveis, reais ou imaginários, mas possuem características próprias que, embora enlaçadas a outras, guardam sua identidade, sua particularidade, sua personalidade (2004, p. 82).

Sobre a contrariedade da nação em relação às identidades regionais, Oliven afirma que desde os anos trinta do século passado se tem verificado no Brasil um crescimento da centralização econômica, política e administrativa e, em consequência disso, a unificação do país e o enfraquecimento do poder regional e estadual. Com a chegada dos militares ao poder em 1964, regiões e estados perderam ainda mais força, porque o governo central promoveu maior integração do mercado nacional, com a implantação de redes de estradas, de telefonia e de comunicação de massa.

Sobre o posicionamento dos estados-nação em relação à diversidade regional, Oliven afirma:

Nos últimos 200 anos presenciou-se a formação de estados-nação baseados na idéia de uma comunidade de sentimentos e de interesses que ocupa um território delimitado e cujas fronteiras geográficas e simbólicas precisam ser cuidadosamente preservadas. O estado-nação tende a ser contrário à manutenção de diferenças regionais e culturais, exigindo uma lealdade à idéia de país (2006, p. 207).

Oliven cita a queima das bandeiras dos estados, ordenada pelo então Presidente Getúlio Vargas, em 1935, como um fato que marca a centralização do poder nacional. Segundo o autor, “a queima das bandeiras, que marca no nível simbólico uma maior unificação do país e um enfraquecimento do poder regional e estadual, pode ser vista como um ritual de unificação da nação sob a égide do Estado” (2006, p. 53).

Sobre a época da redemocratização do Brasil, década de 1980, Oliven aponta um abundante processo de constituição de novos atores políticos e a construção de novas identidades sociais. Entre elas estão as identidades regionais, representadas pelo renascimento das culturas regionais.

A afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar diferenças culturais. Essa redescoberta das diferenças e atualidade da questão da federação numa época em que o país se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural sugere que no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional (OLIVEN, 2006, p. 57-58).

Atualmente, segundo Oliven, há um forte retorno ao tema do nacionalismo e do regionalismo em vários lugares do mundo. “Nesse processo, a tradição tem uma presença marcante e constitui um pano de fundo de movimentos ligados à construção de diferentes identidades sociais” (2006, p.12-13). Há, portanto, tendências que clamam pela “afirmação de identidades regionais e estaduais que salientam suas diferenças em relação ao resto do Brasil” (OLIVEN, 2006, p. 10).

Um exemplo que o autor cita é o Rio Grande do Sul, “um caso de regionalismo constantemente evocado, atualizado e repostado em situações históricas, econômicas e políticas novas” (OLIVEN, 2006, p. 13). Ainda sobre o Rio Grande do Sul, diz:

o gauchismo é um caso bem sucedido de regionalismo, na medida em que consegue veicular reivindicações políticas que seriam comuns a todo um estado. A continuidade e vigência desse discurso regionalista indicam que as significações produzidas por ele têm uma forte adequação às representações da identidade gaúcha (OLIVEN, 2006, p. 90).

Além disso, o autor afirma que “nas décadas de vinte e trinta do século XX, vários intelectuais passaram a se interessar na organização social e política brasileira, especificamente no que diz respeito a como pensar as regiões num país de dimensões continentais como o Brasil” (OLIVEN, 2006, p. 43). Entre esses intelectuais, cita Monteiro Lobato (com a publicação de *América*, em 1931) e Gilberto Freyre (com o *Manifesto Regionalista*, publicado pela primeira vez em 1952⁶).

No *Manifesto Regionalista*, Freyre defende a idéia de que outros regionalismos deveriam se juntar ao que ele chama de regionalismo nordestino⁷ e que, com ela, ter-se-ia um movimento organicamente brasileiro. Isso não significa que haja um espírito de

⁶ Embora apenas publicado em 1952, o *Manifesto Regionalista* foi lido pelo autor no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, realizado em fevereiro de 1926 na cidade de Recife-PE (FREYRE, 1996, p. 47).

⁷ O autor vê o Nordeste como região e, num recorrente elogio, afirma que muitos dos valores nordestinos já se tornaram nacionais, não por causa do poder econômico da indústria açucareira, mas por sedução moral e fascinação estética. “O Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já grandemente contribuiu para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade” (FREYRE, 1996, p. 52). Além disso, o autor afirma que o Brasil é combinação, fusão, mistura. “E o Nordeste, talvez a principal bacia em que se vêm processando essas combinações, essa fusão, essa mistura de sangue e valores que ainda fervem” (p.72). São valores que, segundo o autor, vêm se transformando em valores brasileiros.

separatismo ou bairrismo; o que ocorre é a defesa da tese que a organização do Brasil em Estados deveria ser substituída pela organização em regiões, que “se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional” (FREIRE, 1996, p. 49).

Ainda sobre a organização territorial do país, Freyre afirma que “com a República [...] as Províncias foram substituídas por Estados que passaram a viver em luta entre si ou com a União” (1996, p. 50). Tal falta de organização resulta do

fato de que as regiões vêm sendo esquecidas pelos estadistas e legisladores brasileiros, uns preocupados com os ‘direitos dos Estados’, outros, com as ‘necessidades de união nacional’, quando a preocupação máxima de todos deveria ser a de articulação inter-regional. Pois de regiões é que o Brasil, sociologicamente, é feito, desde os primeiros dias. Regiões naturais a que se sobrepueram regiões sociais (FREYRE, 1996, p. 50).

Sobre essa passagem, Oliven afirma que a idéia do Manifesto era uma “proposta de reorganização do país visando consolidar a sociedade brasileira [...] através de um modelo político-administrativo calcado na região enquanto elemento constitutivo de nação” (1996, p. 45), pois conforme Freyre “o conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de Estados” (1996, p. 51). Em outras palavras, segundo Oliven, “o que Freyre está afirmando é que o único modo de ser nacional num país de dimensões como o Brasil é ser primeiro regional” (2006, p. 46).⁸

A reflexão de que regionalismo não quer dizer separatismo reaparece quando Freyre defende que o Brasil deve ser administrado regionalmente, mas sob uma só bandeira e um só governo. O mesmo aparece quando se fala em estudar a cultura brasileira, que

regionalmente deve ser estudada, sem sacrifício do sentido de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem. Regionalmente devem ser considerados os problemas da economia nacional e os de trabalho (FREYRE, 1996, p. 51).

Da mesma forma, Pozenato afirma que a unidade cultural é importante para a existência e a sobrevivência de uma nação, mas que “a unidade cultural do país só será enriquecida com a soma das diversidades regionais e locais” (2003, p. 15).

Sobre essa relação entre o local e o nacional, Ortiz propõe:

⁸ Reflexão semelhante é feita por Oliven (2006) quando discute a identidade do gaúcho. Conforme o autor “o que ocorre no Rio Grande do Sul parece estar indicando que atualmente só se chega ao nacional através do regional, ou seja, para seus habitantes só é possível ser brasileiro sendo gaúcho antes” (p.14).

Quando nos referimos ao ‘local’, imaginamos um espaço restrito, bem delimitado, no interior do qual se desenrola a vida de um grupo ou de um conjunto de pessoas. Ele possui um contorno preciso, a ponto de se tornar baliza territorial para os hábitos cotidianos. O ‘local’ se confunde assim com o que nos circunda, está ‘realmente presente’ em nossas vidas. Ele nos reconforta com sua proximidade, nos acolhe com sua familiaridade. [...] O nacional pressupõe um espaço amplo. Embora seu território seja também fisicamente determinado, seus limites são fixos, sua extensão é mais dilatada. A ele se agrega ainda uma historicidade, dimensão às vezes esquecida quando nos reportamos ao local (1999, p. 58-59).

Ortiz conclui seu raciocínio ao afirmar que, “em relação ao ‘local’, o ‘nacional’ se impõe por sua unicidade, mesmo sabendo que ela se atualiza de maneira diferenciada nos diversos contextos. [...] O ‘nacional’ engloba, portanto, os ‘locais’, contrastando com sua diversidade” (1999, p. 59).

Em relação à diversidade e às tradições regionais, Freyre determina que “a consciência regional e o sentido tradicional do Brasil vem desaparecendo sob uma onda de mau cosmopolitismo e de falso modernismo. É todo o conjunto da cultura regional que precisa ser defendido e desenvolvido” (1996, p. 75). Segundo Oliven, “o autor do Manifesto constrói uma oposição que em última análise se resume a: popular e regional equivalem a tradicional (e bom), ao passo que cosmopolitismo equivale a moderno (e ruim)” (2006, p. 48).

Considerações finais

Ao se discutir o conceito de região ou estudar uma região propriamente dita, a primeira relação que se estabelece é com o conceito de paisagem. No entanto, à medida que a discussão avança, percebe-se que, para falar de região, alia-se a essa paisagem a presença e a ação do elemento humano. Tem-se, portanto, conforme defende Santos, a formação de um espaço. Tanto é que, se numa determinada região, por exemplo, eliminássemos toda presença humana, o que antes era o espaço tornar-se-ia apenas paisagem.

De maneira semelhante, pode-se relacionar a discussão sobre uma região às conexões entre lugar e espaço, pois, novamente, um espaço sem o elemento humano seria apenas um lugar. Na região do Vale do Taquari, existe um vale formado por um rio, o que seria apenas um lugar ou uma paisagem. No entanto, tem-se a ocupação de povos indígenas e, depois, de colonizadores açorianos, alemães e italianos, e seus descendentes, o que transformou o lugar ou a paisagem em espaço.

Se associarmos o Vale do Taquari ao conceito de região, pode-se dizer que nessa relação há uma conotação política, pois a configuração dessa região é resultado de um ato legal do governo estadual. Contudo, há que se considerar que, para essa região assim configurar-se, levou-se em conta um critério da paisagem: a bacia hidrográfica do rio Taquari, presente no próprio nome: região do Vale do Taquari.

Ainda em relação à região, é preciso considerar os critérios que são utilizados para a configuração dos espaços regionais. Dentro de uma região, dependendo dos critérios utilizados, têm-se diferentes configurações. Se levarmos em conta o elemento étnico, por exemplo, teremos, dentro do Vale do Taquari, uma região ocupada e colonizada por açorianos, outra por alemães e uma terceira por italianos. Também no Vale do Taquari, se pensarmos em elementos da paisagem, existem planícies inundáveis e montanhas que se estendem ao planalto gaúcho. Dessa relação, pode-se concluir que, dentro da mesma região, dependendo dos critérios adotados, formam-se distintas fronteiras, ainda que permaneçamos em um mesmo território.

Pode-se ainda questionar se o tema da região é algo importante numa época de globalização da economia e de mundialização da cultura. Os estudiosos lidos para esta pesquisa defendem que o estudo e a discussão do regional continuam atuais, já que as questões regionais não perderam importância. Eles defendem que a questão do regional está mais forte do que nunca, embora ainda haja alguns preconceitos contra a região, que a relacionam ao provincial e a um espaço fechado e delimitado por fronteiras.

A questão regional também ganha importância na discussão da identidade nacional, porque muitos teóricos do tema defendem que a constituição de uma nação passa pela junção das diferentes identidades regionais. Se focalizarmos a identidade regional do Vale do Taquari, veremos que, apesar de haver diferenças do ponto de vista da paisagem (como os vales e as montanhas), e do ponto de vista da colonização (açorianos, alemães e italianos), essa região é constantemente evocada como um todo, numa clara oposição a outras regiões do Rio Grande do Sul.

Referências

ALTMANN, Friedhold. *A Roda: memórias de um professor*. São Leopoldo: Sinodal, 1991.

- BEZZI, M. L.. Região: Desafios e Embates Contemporâneos. In: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. (Org.). *Desigualdades Regionais* - Série Estudos e Pesquisas. Salvador: Bigraf, 2004, v. 1, p. 39-87.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CASTRO, Ina Elias de. A região como problema para Milton Santos. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, vol. VI, n. 124, ano 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. v. 1 (Artes de fazer) Trad. de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o Conceito de Região. In: *Revista de História Regional*. Vol. 5, n. 2. Ponta Grossa, 2000.
- FERRI, Gino. *História do Rio Taquari-Antas*. Encantado: Grafen, 1991.
- FONSECA, Antonio Ângelo Martins da. Em torno do conceito de Região. In: *Sitientibus*. N. 21, p. 89-100, Feira de Santana, jul./dez. 1999.
- FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. 7. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1996.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KLARMANN, Herbert. *Região e identidade regional: um estudo da espacialidade e representatividade regional no Vale do Rio Pardo*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, 1999.
- OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. 2. Ed. revista e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. 2. ed. São Paulo: Olho d'água, 1999
- PAVIANI, Jayme. *Cultura, Humanismo & Globalização*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2007.
- Perfil Socioeconômico do Vale do Taquari, publicado pelo Banco de Dados Regional do Centro Universitário UNIVATES. Disponível em www.univates.br/bdr. Acesso em 09 de novembro de 2007.
- POZENATO, José Clemente. *Processos Culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educs, 2003.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.
- _____. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.